

## **A construção/fabricação da imagem pública e a narrativa de fofoca: análise da narrativa de corrupção na campanha política da Chapa Dilma-Temer<sup>1</sup>**

Nathan Nguangu KABUENGE<sup>2</sup>

Alda Cristina COSTA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### **Resumo**

Este artigo objetiva inferir que a midiaticização da política brasileira, durante a cobertura do escândalo de corrupção na Petrobrás, fez figurar um jornalismo especulativo sobre os acontecimentos políticos no Brasil. Especulação esta, que sinalizaria o advento possível de uma narrativa jornalística de fofoca, uma vez que o jornalista, em nome da luta contra a corrupção, se configuraria num canal de fofocas sobre tais fatos. Fruto do Trabalho de Conclusão de Curso, o artigo, através da análise da narrativa e da enunciação, analisa a mudança narrativa sobre a suposta propina de R\$ 1 milhão na campanha da chapa Dilma-Temer em quatro manchetes de matérias publicadas na *Folha* e no *Estado de S. Paulo*, em 2014 e 2016.

**Palavras-chave:** Narrativa; midiaticização; jornalismo; imagem pública; política.

### **Introdução**

É notório que vida contemporânea, em geral, depende da mídia em todos os seus aspectos começando pelas práticas mais simples, como as interações interindividuais, até as práticas mais complexas da vida contemporânea, tal como as aplicações na bolsa de valor ou compra de ações.

A sociedade contemporânea (dita “pós-industrial”) rege-se pela midiaticização, quer dizer, pela tendência à “virtualização” ou telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação. A estas se deve a multiplicação das tecnointerações setoriais. (SODRÉ, M., 2002, p. 21, grifo do autor)

A redefinição da relação existente entre o espaço e tempo, com as novas tecnologias de comunicação e de informação, vem alterando significativamente a vida

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de maio de 2017.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPa), email: [nathannguangu@yahoo.fr](mailto:nathannguangu@yahoo.fr).

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPa), email: [aldacristinacosta@gmail.com](mailto:aldacristinacosta@gmail.com).

na sociedade atual, originando o que se considera como a midiaticização dos processos socioculturais na contemporaneidade.

Em Hjarvard, a midiaticização se constitui num conceito importante para a compreensão da influência da mídia na cultura e sociedade contemporânea e ele pode ser utilizado “para caracterizar uma determinada fase ou situação do desenvolvimento global da sociedade e da cultura no qual os meios de comunicação exercem uma influência particularmente predominante em outras instituições sociais” [...] Se Hjarvard considera determinante o conceito de midiaticização no entendimento das sociedades contemporâneas, ele limita seu alcance somente às sociedades altamente desenvolvidas, quer dizer, nas sociedades ocidentais – a Europa ocidental, o Canadá, os Estados Unidos da América, etc. Neste sentido, nos aproximamos da abordagem antropológica da midiaticização, feita por Verón, sociólogo, filósofo e semiótico argentino (KABUENGE, 2016, p. 80)

Se em Muniz Sodré (2002), a midiaticização rege a sociedade contemporânea, a sua influência, portanto, não atinge harmonicamente suas instituições. Uma das instituições mais atingidas pela midiaticização é a instituição política na era das democracias representativas, como a brasileira. Pois, nelas, para conquistar a credibilidade e a legitimidade,

A política é levada a adaptar às suas práticas diárias à lógica da mídia, no intuito de conseguir a cobertura ou a visibilidade midiática, portanto, a legitimação e credibilização de seus agentes e de seus atos institucionais ou sociais. (KABUENGE, 2016, p. 80).

Quer dizer, de acordo com Weber (2006 apud MAIA; CASTRO, 2006, p. 126), na contemporaneidade, os “políticos, governos e partidos vão sendo adaptados à ordem midiática e realizam a comunicação com seus públicos, criando representações diversificadas, simplificando e universalizando discursos para demarcar territórios diferenciados de visibilidade”.

A visibilidade, no contexto da midiaticização da política, remete a ter e buscar uma “boa” imagem pública. No entanto, buscando ser vistos como capazes e legítimos de exercer uma função política, portanto, de ampliar as suas influências políticas, os agentes políticos contemporâneos cada vez mais solicitam a perícia dos agentes do campo midiáticos para a construção/fabricação, manutenção e circulação de suas imagens públicas.

Kabuenge (2016), ao destacar a existência de uma rica literatura em relação à construção da imagem pública dos agentes políticos, observa que em geral, esses trabalhos abordam a questão a partir da possibilidade de que, para a fabricação/construção, circulação e recepção de suas imagens públicas, os políticos solicitam a perícia dos agentes midiáticos. Portanto, na sua pesquisa, dependendo de interesses envolvidos, o autor constata que os agentes midiáticos podem, sem a solicitação prévia dos agentes políticos, fabricar/construir a imagem pública destes últimos.

Neste sentido, o presente artigo objetiva destacar que a midiaticização da política brasileira, neste último tempo, está possibilitando o surgimento, em certa medida, de um tipo do jornalismo especulativo sobre e dos acontecimentos políticos no Brasil de um lado e de outro; esta especulação origina o advento possível de uma narrativa jornalística de fofoca uma vez que o jornalista, em nome da luta contra a corrupção no país, sem cuidado profissional de “objetividade” e “imparcialidade” na apuração dos fatos, divulga e visibiliza fofoca sobre tais fatos.

As considerações acima se fundamentam nas observações feitas a partir de resultados obtidos na análise de jornais impressos para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso “A construção/Fabricação da imagem pública: análise das narrativas jornalísticas impressas sobre os presidentes da República Democrática do Congo e do Brasil” que tinha como objetivo geral: “analisar as narrativas jornalísticas impressas sobre a construção da imagem pública dos presidentes Joseph Kabila e Dilma Rousseff”. Pesquisa que buscou entender a partir da pergunta: “como os jornais impressos constroem e/ou fabricam a imagem pública dos presidentes da República do Congo e do Brasil<sup>4</sup>?”.

A partir da Análise Crítica da Narrativa em Motta (2013) e do conceito de Enunciação em Verón (2004), a pesquisa, entra outras considerações, constatou que,

Os jornais impressos do Congo e do Brasil, constroem narrativamente uma imagem distorcida seja por excesso ou por omissão centrados nos traços pessoais ou psicológicos dos presidentes. [E que esses jornais] através de uma combinação de linguagens linguísticas e

---

<sup>4</sup> Como universo da pesquisa, foram escolhidas 38 edições de jornais, representando um total de 141 matérias publicadas nos jornais impressos congolezes (*L’Avenir* e *Le Phare*) e brasileiros (a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) em 2014. Deste universo, foram selecionadas quatro edições nas quais foram selecionadas quatro matérias – uma matéria para cada jornal acima citado – para definir deste fato, o corpus de análise.

extralinguísticas, construíram a imagem pública dos presidentes Kabila e Dilma seja como heróis ou vilões. No Brasil, encontramos a construção enunciativa da presidenta Dilma como vilã da nação brasileira. No Congo, para o *Le Phare*, o presidente é um vilão do país e para o *L'Avenir*, ele é um herói (KABUENGE, 2016, p. 161).

Para a escrita deste artigo, através da teoria de narrativa em Motta (2013) e do conceito de enunciação em Verón (2004), foram analisadas quatro manchetes principais de matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* e no *Estado de S. Paulo* sobre a suposta propina de R\$ 1 milhão na campanha de reeleição da chapa Dilma-Temer. No total, foram analisadas duas manchetes de cada um dos veículos supracitados. A retomada deste assunto aqui se justifica a partir da mudança enunciativa e narrativa constatada na construção narrativa e enunciativa do mesmo fato em 2016 nos mesmos jornais brasileiros.

Para Kabuenge (2016, p. 19), a análise crítica da narrativa proposta por Motta (2013) facilita a interpretação simbólica das narrativas e percebe as metanarrativas culturais pré-jornalísticas que constituem um pano de fundo de cada publicação midiática diária. E o conceito de enunciação em Verón (2004) que, de acordo com o autor, nos permite perceber o dito e seus modos de dizer o que é dito.

### **Do jornalismo tensionado ao jornalismo tensionante ou especulativo**

Partindo do pressuposto de que o jornalismo é um campo de conhecimento e uma prática narrativa comunicacional de (des)construção de sentido e significação na sociedade brasileira (ALSINA, 2009; MELO, 2003, 2010, 2012; GONTIJO, 2004; SODRÉ, Werneck 2011; KUNCZIK, 2001; FRANÇA, 1998;), pode-se considerar que o jornalismo é “ato de realização e de inserção particulares do homem no mundo” (FRANÇA, 1998, p. 44). Isto é, uma prática que possibilita ao homem se integrar e interagir com ele mesmo e com o mundo ao seu redor.

É através da notícia que o jornalismo, como prática e campo de conhecimento, realiza a integração e interação do homem com ele mesmo e com o seu mundo. Para Alsina (2009, p. 14), a notícia é “uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”. Quer dizer, ao interpretar o sentido dos acontecimentos, os jornalistas constroem o mundo possível ou a realidade aos seus redores e ao mesmo tempo, conferem o “estilo

narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia” (ALSINA, 2009, p. 11).

A análise do jornalismo brasileiro nos nossos estudos em 2016, levou a perceber que ele deixou de ser uma prática tensionada ou tensionadora para se transformar numa prática tensionante<sup>5</sup> em relação à fabricação da imagem pública dos agentes políticos. Ou seja, em Melo (2008, p.8), encontra-se que a prática jornalística se afasta do ideal jornalístico que não só reproduzia “o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais”.

Isto é, dialogando com Werneck Sodré (2011), Kabuenge (2016), retraça a evolução da prática jornalística no Brasil, no seu primórdio, ela se limitava, de acordo com os interesses políticos, em uma prática narrativa de criação de realidade de acordo com a visão do poder político estabelecido, portanto, uma prática tensionada, quer dizer, que sofria influência de campo: literário, econômico, político, entre outros campos de conhecimento.

Com as transformações institucionais no Brasil do século XIX e XX, o jornalismo brasileiro conquista a sua autonomia (SODRÉ, W., 2011; MELO, 2012). Para Albuquerque (2000, p. 82), a autonomia do jornalismo se deu através da narrativa uma vez que ela “não se limita à explicação do significado dos eventos noticiados. As formas narrativas utilizadas nas notícias constituem também um recurso importante do qual os jornalistas se valem para legitimar a sua própria autoridade descritiva e interpretativa acerca da realidade”. (ALBUQUERQUE, 2000, p. 82).

Em outras palavras,

A narrativa jornalística se configuraria em “discurso social” (ALSINA, 2009, p. 10) ou em França (1998), se entende como *fala da sociedade*, ou seja, uma fala que surja do convívio da população criando um mundo possível em que se pode viver. Essa fala faz do jornalismo não somente uma prática tensionada, mas também, uma prática tensionadora, ou seja, um campo autônomo de produção de conhecimento. (KABUENGE, 2016, p. 95).

---

<sup>5</sup> Por tensionada entendemos que o jornalismo como prática social, sofre influências de outras práticas sociais: economia, política, etc., no seu jogo de (des)construção da realidade. Por tensionadora, entendemos que o jornalismo passa também a influenciar as outras práticas nas suas construções de realidades. Por fim, por tensionante, a prática jornalística presente nos impressos brasileiros e congolezes em que, o jornalismo tenta se constituir numa força absoluta no jogo de (des)construção e reinterpretação da realidade sem aceitação de influências vindas de outras práticas sociais.

Entretanto, de acordo com as considerações da pesquisa de Kabuenge (2016), e como veremos mais tarde neste artigo na análise das edições do *Estadão* e *Folha de S. Paulo* sobre a suposta propina na campanha de Dilma-Temer, o jornalismo brasileiro cada vez mais, em relação à fabricação da imagem pública dos agentes políticos, anda na direção de ser uma prática tensionante baseada na especulação sobre e dos fatos.

Sendo assim, a narrativa jornalística deixa de ser um discurso social ou como dispositivo de explicação de realidade, portanto, definidora da autonomia do campo jornalística, para se transformar no canal de visibilização de fofoca de grande impacto que proteja os interesses sociais, políticos e econômicos do campo jornalístico. E este tipo de narrativa que interpreta suposições ou fofocas impactantes ao invés de fatos, alimentaria o que consideramos como uma prática jornalística tensionante sustentáculo do jornalismo de fofoca.

### **Da narrativa jornalística interpretadora e explicadora da “realidade” a uma narrativa especulativa ou de fofoca**

Uma das formas de organização, interpretação e compreensão do mundo utilizado por homem desde a sua aparição na terra parece ser a narrativa em Ricoeur (2010). Pois, para este autor, nas suas pesquisas, encontra-se que as narrativas têm o potencial de organizar a vida humana na sociedade.

Esta organização envolveria todo o existir do homem que, em Agostinho (1980), começaria antes mesmo do nascimento dele, pois, para este pensador, sempre uma parte da experiência do homem é narrada por outros.

Portanto, em Rodrigues (2007), a experiência é uma construção sociocultural associada à capacidade de rememoração. É simultaneamente uma construção coletiva compartilhada e individual testemunhando da faculdade intersubjetiva do homem de sua intercompreensão e incompreensão.

É no interstício da intercompreensão e incompreensão do homem que a narrativa, a partir do seu potencial organizacional da vida humana alegado por Ricoeur, organiza, interpreta os fatos que ela, através da linguagem, possibilita que os indivíduos no jogo interativo de compreensão mútua construam intersubjetivamente, juntos; uma compreensão dos fatos ocorridos no intuito de entender o presente que, para Ricoeur (2010), se expandiria no passado e futuro.

Sendo assim, as narrativas humanas se configuram como,

[...] construções discursivas sobre a realidade humana. São representações mentais linguisticamente organizadas a partir de nossas experiências de vida. Sejam elas fictícias ou fáticas, são sempre construções de sentido sobre o mundo real ou imaginado (MOTTA, 2004, p. 14).

A compreensão de si e do mundo ao redor, portanto, a organização da vida na sociedade, originar-se-ia, em Rodrigues (2007, p. 11), na linguagem. Pois, para este autor, é nela que se revela a nossa capacidade de utilizá-la e “para a reconhecemos, enquanto falantes, como destinadores de discursos que endereçamos aos outros, e como destinatários de discursos que os outros nos endereçam”. Pois,

Aquilo de que a linguagem dá conta é para nós familiar. A familiaridade é, [...], um dos critérios de averiguação da experiência que se manifesta [...], não só para compreender, mas também para agir e para reagir de maneira adequada [...] perante situações novas. (RODRIGUES, 2007, p. 11)

Neste sentido, se em Motta (2013, p. 196), a narrativa em geral, é entendida “como um dispositivo de argumentação na relação comunicativa entre sujeitos reais”, podemos considerar a narrativa jornalística não somente como dispositivo de interpretação de fatos noticiados e dispositivo de delimitação e definidor da autonomia do campo jornalístico (ALBUQUERQUE, 2000), ela é em França (1998), a fala da sociedade ou em Alsina (2009), um discurso social.

Isto é, a narrativa jornalística tira a sua origem nas interações intersubjetivas na e da sociedade, portanto, se configuraria como a fala do povo. Neste sentido, para detectar os contornos significativos que delimita a superfície a fala do povo da fala jornalística, precisa-se de cautela para entender os sentidos e significações de cada ato jornalístico na sociedade.

Constatamos isso sobre o que se consideraria como “a narrativa da luta contra a corrupção no Brasil” em que, com interesses diferenciados, uma parte do povo brasileiro e certos jornalistas parecem falar a mesma linguagem. Mas uma análise bem cautelosa das produções jornalísticas diárias nos permitirá detectar, de acordo com Motta (2013), as grandes metanarrativas culturais pré-jornalísticas embutidas nos relevos que constituam o tecido significativo e de significação da narrativa jornalística que, de acordo com Kabuenge (2016, p. 82), “a retórica do mostrar escondendo o que não se quer mostrar e do não mostrar mostrando o que se quer mostrar” deixa passar despercebidas.



A construção da “narrativa de luta de corrupção” nos jornais analisados, parece não na interpretação e explicação dos fatos no intuito de dar sentido e significação ao estar juntos na sociedade brasileira, mas sim, de acordo com interesses envolvidos, especular sobre o suposto delito de determinado agentes políticos para deslegitimá-lo na opinião pública.

Este tipo de narrativa, de acordo com as observações feitas depois da análise do corpus de pesquisa em 2016 e agora neste artigo, através da repercussão da suposta propina na campanha Dilma-Temer em 2014, pode ser considerado como uma narrativa de especulação ou de fofoca uma vez que se constrói a partir do “me disse me disse” sem verificação “objetiva” e “imparcial” de fatos.

Quer dizer, é uma narrativa que tem como *modus operandi* o torturar de fatos até que eles não digam o que se disse que eles teriam ditos. Ou seja, uma narrativa que se configura não como dispositivo de interpretação e explicação de fatos no intuito de fazer da narrativa jornalística um discurso e fala do povo que busca fazer do estar junto uma prioridade pública, mas sim, como dispositivo de construção e interpretação de fato com objetivo de garantir os interesses sociais, políticos e econômicos das “mídias”.

Pode-se dizer, a fabricação/construção da imagem pública dos agentes políticos na cobertura sobre o “escândalo da Petrobrás”, amplificou o que consideramos como uma prática jornalística tensionante, portanto, um jornalismo especulativo ou de fofoca baseado numa narrativa que se configuraria como dispositivo de especulação sobre e dos fatos. Ou seja, uma narrativa que privilegia a visibilização de fofocas sobre os fatos, conforme pode ser constatado nas análises a seguir.

### **Cavando as superfícies narrativas das manchetes**

Antes da análise, consideramos importante frisar que analisamos as manchetes para elaborar este artigo por considerá-las como elementos argumentativos que compõem a superfície narrativa da capa que, para Kabuenge (2016, p. 138), é

[...] como a porta de entrada no mundo de (res)significação de realidades e de (des)construção de sentido narrativa dos jornais impressos, é, de acordo com as estratégias comunicacionais de cada veículo, recheada de elementos argumentativos na sua superfície discursiva no intuito de provocar ou despertar interesses nos leitores.



Como porta de entrada, as capas dos jornais impressos, sempre, narrativa e discursivamente são recheadas de elementos significantes e de significação que tentam cativar a intenção dos seus leitores e em certa medida, direcionar a interpretação e compreensão deles sobre os fatos noticiados. Um desses elementos narrativos são as manchetes. Neste sentido, analisamos, unicamente as manchetes publicadas em 2014 e 2016 sobre a suposta propina que teria beneficiado a campanha da chapa Dilma-Temer no intuito de perceber a mudança narrativa e enunciativa sobre o fato.

Através do procedimento analítico proposto por Motta (2013), ao determinar a personagem principal da narrativa contra a corrupção no Brasil, foi observado, na pesquisa, nas práticas enunciativas dos jornais, o uso de verbos no indicativo como estratégia de distanciamento ou de aproximação do que esta sendo narrado. E que, narrativamente, a imagem pública da Dilma era fabricada distorcidamente por excesso<sup>6</sup>. Com o conceito de enunciação em Verón (2004), a pesquisa buscou saber como os jornais enunciativamente construíram a imagem pública dos agentes públicos. A combinação desses dois procedimentos analíticos se deu em relação à complementaridade percebida nos dois autores. Quer dizer, se Motta,

No seu procedimento analítico da narrativa visa “compreender criticamente a desempenho do narrador e do destinatário (ou audiência) na situação e contexto de comunicação, embora a partir do texto” (MOTTA, 2013, p.120), Verón (2004, p. 216) parece caminhar na mesma direção, pois através da sua crítica sobre os procedimentos de análise semiótica dos anos 60 e 70, propõe um procedimento semiótico que “vai integrar em sua teoria os ‘efeitos de sentido’”, ou seja, uma semiologia que se interessa analisar “o processo que vai desde a produção de sentido até a ‘consumação’ de sentido, sendo a mensagem o ponto de passagem que sustenta a circulação social das significações” (KABUENGE, 2016, p. 100).

Portanto, não seguimos na íntegra os dois procedimentos, mas nos apropriamos metodologicamente de alguns procedimentos dos movimentos de análise proposta por

---

<sup>6</sup> É uma das categorias de análise da pesquisa definida para entender como os jornais representavam os agentes políticos. Por distorção, entendeu-se que, embora a prática jornalística nos pareça uma prática de distorção ou de re-apresentação de fatos ocorridos através de dispositivos de enquadramento ou dispositivo narrativo, a distorção mencionada aqui remete a uma deformação literal dos fatos que, portanto, não deixam de ser verdadeiros ou se tornarem falsos. Isso contrasta com a prática jornalística que busca, no seu jogo de construção de sentido, chegar a uma verossimilhança entre o fato narrado e o fato que realmente aconteceu. (KABUENGE, 2016, p. 58). Foram determinadas duas categoria de distorção: distorção por excesso (quando o agentes público era apresentada excessivamente sem necessidade na narrativa) e distorção por omissão, quando o agente público não está sendo apresentado numa construção narrativa mesmo que ele seja a personagem principal da narrativa por realizar o que está sendo narrado.

Motta. Como as produções midiáticas diárias em aparência podem parecer soltas e independentes umas das outras e, portanto, dificultar suas análises pragmáticas, Motta propõe uma reestruturação delas para compor uma narrativa que tem o início, meio e fim de acordo com a narratologia.

A reestruturação da narrativa começou com a definição do universo de análise com base na coleta feita para o trabalho de conclusão de curso em 2016. Das 141 matérias selecionadas, em 38 edições de jornais brasileiros e congolezes, optamos por analisar somente quatro matérias que definimos como corpus de análise, a partir de três instâncias de análise proposta por Motta e a divisão em três planos “é um procedimento técnico para iniciar o mergulho até a essência do objeto e, a partir dele, retirar deduções sobre a relação comunicativa” (MOTTA, 2013, p.135).

Após a definição do corpus de análise, refiguramos a narrativa construída nos jornais analisados. No caso do Brasil, por exemplo, a narrativa construída era o “escândalo de corrupção na Petrobrás” a partir do discurso de “luta contra a corrupção no Brasil” e da metanarrativa de “corrupção”.

Através desta narrativa “os jornais brasileiros queriam causar efeitos de sentido que levaria seus leitores em considerar que para o fim da corrupção nas estatais em geral e em particular, na Petrobrás, seria necessária a saída do PT do poder, portanto, da presidenta Dilma?” (KABUENGE, 2016, p.109). Nas quatro manchetes, podemos dizer que a narrativa, o discurso e a metanarrativa ficaram os mesmos de 2014 e 2016.

Como estratégia argumentativa, em relação aos jornais brasileiros, a pesquisa constatou o uso dos verbos como estratégia narrativa na fabricação da imagem pública dos agentes. A pesquisa observou também, que os jornais utilizaram a hiperbolização e a ironização nas suas estratégias de enunciação na formação da imagem pública da ex-presidenta deposta<sup>8</sup>.

Pode-se considerar que a mídia, ao se constituir na atualidade como uma das fontes definidoras e organizadoras das narrativas estruturantes e estruturadoras das relações intersubjetivas dos indivíduos através da virtualização dos processos

---

<sup>7</sup> Infelizmente, isso aconteceu com o afastamento definitivo do poder da presidenta Dilma pelo Senado no dia 31 de agosto de 2016.

<sup>8</sup> O impeachment de Dilma Rousseff começou com a autorização da abertura de processo pelo o então presidente da Câmara dos deputados Eduardo Cunha no dia 2 de dezembro de 2015 e no dia 17 de abril de 2016, o Plenário principal da Câmara aprovou por 367 votos favoráveis e 137 contrários. E no dia 31 de agosto de 2016, o plenário do Senado aprovou o afastamento definitivo da Dilma Rousseff por 61 votos favoráveis e 20 contrários.

comunicativos e comunicacionais, por meio do que se considera como a midiaticização dos processos socioculturais da sociedade complexificada atual (HJARVARD, 2012; VERÓN, 2014; SODRÉ, M. 2002), modificou profundamente o sentido normativo e funcional de todas as instituições na sociedade. Entre as instituições mais atingidas por este processo de midiaticização, podem-se citar a família, a religião, a política.

Em relação à política, a pesquisa mostrou que no Brasil, por exemplo, em relação à fabricação da imagem pública nos jornais impressos analisados, o surgimento de um fenômeno que se entende como a neofeudalização da esfera pública brasileira em que, unilateralmente, esses meios de comunicação, nas suas estratégias narrativas de convencimento defendiam seus interesses privados na esfera pública como se fosse públicos e de grande relevância social quando construírem distorcidamente a imagem pública da Dilma.

No contexto deste artigo, como visto acima, a midiaticização da política no Brasil, favorece o surgimento de um jornalismo de especulação sobre os fatos, portanto, de uma narrativa especulativa ou de fofoca como mostrara a seguir, a análise de manchetes publicadas em: *Folha*, “Executiva diz ter pago propina em doações oficiais para o PT” do dia 4 de abril de 2014 e “Ex-presidente da Andrade muda versão de propina a chapa de Dilma” do dia 17 de novembro de 2016. E no *Estado de S. Paulo*, “Esquema da Petrobrás incluía doação oficial ao PT, diz delator” do dia 4 de abril de 2014 e “Ex-presidente da Andrade muda versão de propina a chapa de Dilma” do dia 17 de novembro de 2016.

Na análise das manchetes consideramos que,

[...] os títulos se configuram como portas de entrada para os leitores no mundo possível criado pelo narrador. Mundo este, criado pelo narrador a partir de um dualismo ético-moral de classificação de povos, países, continentes, tragédias, etc. Por fim, nos títulos percebe-se as intenções narrativas do narrador e através dos quais, ele busca estabelece, intersubjetivamente, relação entre ele e seus leitores (KABUENGE, 2016, p. 110).

Em Motta (2013), na análise da narrativa deve-se considerar seu início, meio e fim; além disso, que ela se mantém viva através de conflitos definidores da personagem principal da narrativa e de episódios<sup>9</sup>. Pragmaticamente, pode-se considerar como início

---

<sup>9</sup> [...] episódios são unidades temáticas narrativas intermediárias, semanticamente coesas, que relatam ações ou conjunto de ações relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e

---

da história analisada neste artigo, as manchetes publicadas em 2014 e como fim, as manchetes de 2016. Neste sentido, a narrativa deste episódio seria a propina de R\$ 1 milhão que teria beneficiado a campanha Dilma-Temer em 2014.

Ao analisar as quatro manchetes acima citadas, percebe-se que narrativamente e enunciativamente o personagem principal da narrativa deste novo episódio sobre o “escândalo de corrupção na Petrobrás”, ainda é a presidenta deposta Dilma, como foi revelado na pesquisa.

No entanto, precisa-se assinalar a mudança narrativa e enunciativa entre as manchetes de 2014 sobre a suposta propina recebida da empresa Andrade pela campanha Dilma-Temer e suas repercussões em 2016.

Nas manchetes de 2014, a Dilma era indiretamente citada através do PT, que teria se beneficiado da propina. No entanto, a pesquisa revelou que, nas suas estratégias narrativas e enunciativas, os jornais impressos analisados utilizavam palavras com valor de substituir a ex-presidenta Dilma. Entre essas palavras, encontrava-se o PT.

O apontamento indireto da Dilma naquelas manchetes se justificaria, pensa-se por causa da mudança do contexto em que as quatro manchetes foram produzidas. Como foi vista, naquela época, o esforço narrativo e enunciativo sobre “o escândalo da corrupção na Petrobrás” visava criar nos leitores, através do discurso de “luta contra a corrupção no Brasil”, o sentido de que o PT era o partido mais corrupto do Brasil e a solução a esta ‘praga’ de corrupção, seria o *impeachment* da então presidenta da Brasil, que parecia ser conivente com o seu partido.

Em 2016, com o *impeachment* de Dilma, o contexto mudou. No entanto, a corrupção não foi erradicada no país; ao contrário, os acontecimentos continuaram desmentindo o discurso midiático segundo o qual o PT era o único partido corrupto do Brasil e cada vez mais, a realidade mostrava que todos os grandes partidos brasileiros estavam envolvidos na corrupção de um lado e de outro; os ‘santos’ defendidos ontem, hoje estavam sendo atingindo pelas armas da luta contra a corrupção, as mesmas utilizadas para derrubar a Dilma. Neste sentido, em 2016, nas suas estratégias enunciativas de convencimento, os jornais analisados optaram em citar diretamente a Dilma como a única beneficiadora da propina que teria recebido a chapa vencedora da eleição presidencial de 2014.

---

progressões no transcorrer da estória, conectadas ao todo no qual significativamente se inserem. (MOTTA, 2013, p. 160).

Narrativamente, percebemos que nessas manchetes, o uso de verbo apresenta-se primordial na fabricação da imagem pública da Dilma. Esta imagem pública, como foi destacada na pesquisa, é distorcida por excesso.

De um lado, distorcida porque ela foi construída não sobre o que a Dilma, discursivamente disse ou fez, mas sim, de acordo com os interesses privados defendido como se fossem públicos. E do outro, por excesso uma vez que as ações principais expressadas pelos verbos utilizados para a construção da narrativa não são realizadas pela Dilma, mas ela as sofre.

Neste sentido, se a intenção era de noticiar sobre a propina e mudança de versão, bastaria somente falar do ex-executivo da Andrade Guitierrez. Mas a construção narrativa dos jornais analisados apresentou a Dilma como a realizadora da ação narrada.

Enunciativamente, encontra-se o uso da hiperbolização e da ironização: foram ambas constatadas e se configuraram como uma estratégia enunciativa de significação do fato noticiado e de construção da imagem pública da Dilma.

A ironização pode ser observada, geralmente nas manchetes de 2014, por exemplo, quando o jornal *Folha de S. Paulo* liga a propina com as doações. Ligação que contraporia as declarações do PT que alegava que todo o dinheiro recebido neste período era doação normal definida na legislação brasileira. A mesma observação pode ser feita quando o Estadão estampa na sua manchete: “esquema de Petrobrás incluía doação oficial ao PT”.

Por sua vez, a hiperbolização pode ser observada nas manchetes de 2016. Por exemplo, quando os jornais apresentam, implicitamente como grave, a atitude do ex-executivo da Andrade Guitierrez em mudar a versão sobre o cheque de R\$ 1 milhão doado à campanha da chapa vencedora da eleição presidencial de 2014. Esta hiperbolização foi feita através do uso de verbo “mudar”.

Como sentido deste verbo, encontra-se entre outros sentidos: substituir, afastar, modificar, desviar. Sendo assim, a gravidade que hiperboliza a atitude do ex-executivo da empresa seria considerar como sentido do verbo mudar, o sentido de substituição.

A hiperbolização da mudança de versão do ex-executivo expressaria a indignação dos jornais analisados que, ao considerar como verídico a primeira versão da delação do ex-presidente da empresa – veracidade que pode ser verificada nas manchetes de 2014 em que, para enunciar a ação do ex-executivo, os jornais brasileiros utilizaram o modo indicativo; portanto, como nas literaturas da linguagem, o modo

indicativo expressa sempre a certeza – pareciam noticiar a atitude irresponsável do ex-presidente da Andrade em tentar inocular a Dilma.

Sendo assim, pode-se alegar que nas práticas jornalísticas de construção da imagem pública dos agentes políticos, os jornais brasileiros analisados, emergiram um “jornalismo especulativo” sobre os fatos e uma “narrativa de fofoca ou especulativa”.

Nas manchetes de 2014, constatamos o uso do indicativo, em que os impressos se apropriaram da fala do ex-executivo e a transformaram numa verdade absoluta inegável. Foi sobre esta apropriação ou o “disse me disse” ou sobre o que se pode considerar como uma especulação ou fofoca do ex-presidente sobre a suposta propina recebida pela Dilma em 2014, que os jornais se basearam para construir a narrativa sobre a “propina de R\$ 1 milhão”.

A natureza especulativa da narrativa nestas manchetes é revelada nas manchetes de 2016 nas quais se percebe que os jornais, enunciativamente e narrativamente se distanciam da fala do ex-executivo por ser, falsa. Ou seja, nestes jornais, encontra-se uma especulação que, dependendo de interesses envolvidos, indica sobre a propina que teria beneficiado, para estes jornais, unicamente à candidata Dilma na época.

## Conclusão

Tendo em vista o que foi exposto acima, considera-se que a midiaticização da política brasileira nos jornais impressos analisados, em relação à fabricação da imagem pública dos agentes políticos e dependendo de interesses envolvidos, faz com que a prática jornalística impressa cada vez mais caminhe no sentido de um jornalismo especulativo sobre os fatos. Isso possibilitaria o surgimento de uma narrativa, não como dispositivo de compreensão, interpretação e explicação do mundo ao redor e de si, mas sim, de uma narrativa de fofoca ou de especulação sobre os fatos narrados ou noticiados.

## Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, S. **Confissões; De magistro**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1980.
- ALBUQUERQUE, A. A narrativa jornalística para além dos fait divers. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 69-91, jul./dez. 2000.
- ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FRANÇA, V. V. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

- GONTIJO, S. **O livro de ouro da comunicação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- HJARVARD, S. Mídiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, ano 5. n. 2, p. 53-91, jan./jun. 2012.
- KABUENGE, N. N. **A construção/fabricação da imagem pública**: análise das narrativas jornalísticas impressas sobre os presidentes da República Democrática do Congo e do Brasil. 2016. 175 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- KUNCZIK, M. **Conceitos de jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- MELO, J. M. **História do pensamento comunicacional**: cenários e personagens. São Paulo: Paulus, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Os caminhos cruzados da comunicação**: política, economia e cultura. São Paulo: Paulus, 2010.
- \_\_\_\_\_. **História do pensamento comunicacional**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.
- MOTTA, L. G. **Narratologia**: análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. v. 1. WMF Martins Fontes: São Paulo, 2010.
- RODRIGUES, A. D. **Para uma teoria da experiência**. Revista da Faculdade de Sociais e Humanas, Lisboa, n. 19, p. 7-21, 2007.
- SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
- \_\_\_\_\_. Teoria da mídiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZES**, São Paulo, v.8, n.1, p.13-19, jan./jun. 2014.
- WEBER, M. H. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, R. C. M., CASTRO, M. C. P. S. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 117-136.